



**ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Mara Caseiro, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária semipresencial.

PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Convido, para assumir a Segunda-Secretaria, a Deputada Mara Caseiro. Solicito que Vossa Excelência proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Mara Caseiro) - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, nobres pares! Leitura da ata. *"Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária semipresencial. PEQUENO EXPEDIENTE* - Lida e aprovada a Ata Dezessete da Décima Quarta Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 347/2021, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 393/2021, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 46/2021, da Prefeitura Municipal de Paranaíba; Ofício nº 68/2021, do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 189/2021, da Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Paulo Corrêa, Capitão Contar, Lidio Lopes, Jamilson Name, Antonio Vaz, João Henrique, Barbosinha, Zé Teixeira, Renato Câmara, Cabo Almi, Felipe Orro, Professor Rinaldo, Coronel David e Neno Razuk. **GRANDE EXPEDIENTE** - Suprimido o Grande Expediente. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 5/2021, de autoria do Deputado Barbosinha; Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2021, de autoria da Mesa Diretora. Foi pedido vista do Projeto de Lei nº 21/2021, de autoria do Poder Executivo, pelo Deputado Capitão Contar. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Emenda Constitucional nº 3/2020, de autoria do Deputado Gerson Claro e outros; Projeto de Lei nº 164/2020, de autoria do Deputado Lucas de Lima; Projeto de Lei nº 227/2020, de autoria do Deputado Barbosinha. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria dos Deputados Paulo Corrêa, Professor Rinaldo e Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Anésio Lopes Moraes e Emanuelle Aleixo Gorski; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Barbosinha, endereçada aos familiares de Valdenir Rezende; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado João Henrique, endereçada aos familiares de Glainor Mariana da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria dos Deputados Neno Razuk, João Henrique e Barbosinha, endereçada aos familiares de Rui de Oliveira Luiz; requerimentos de moção de congratulação, de autoria do Deputado Herculano Borges, endereçadas aos Cabos Adalto Albino e Marques Andrey Camargo, da Polícia Militar da Cidade de Dourados, pela bravura demonstrada no atendimento à ocorrência do dia 23 de outubro de 2020; requerimento de moção de congratulação, de autoria do



Deputado Marçal Filho, à Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados (Cergrand) pela eleição da nova diretoria; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Professor Rinaldo, endereçada à Major Bombeiro Militar Marlise Helena de Barros, em decorrência da sua nomeação ao cargo de Comandante da Academia de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçada à Senhora Anelise Martins e à Senhora Doutora Mariane Carbonaro pela inauguração da Clínica de Repouso Terça da Serra Residencial Sênior; vinte e um requerimentos de moção de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara, pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, pois o referido dia tornou-se um marco histórico por ações de mulheres que incansavelmente lutaram pela desconstrução das injustiças e desigualdades sociais; indicações, de autoria dos Deputados Lucas de Lima, Renato Câmara, Barbosinha, Mara Caseiro, Felipe Orro, Herculano Borges, Jamilson Name, Marçal Filho e Professor Rinaldo. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os Deputados Eduardo Rocha, Coronel David, Evander Vendramini, Barbosinha, Pedro Kemp e Cabo Almi. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de março do ano de dois mil e vinte e um". Lida a ata, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Obrigado, Deputada Mara Caseiro. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Não há expediente a ser lido. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Duas indicações, de autoria do Deputado Marçal Filho. Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, solicitando estudo de viabilidade técnica para pavimentação asfáltica da Rua Nelson de Matos, no trecho entre a Perimetral Norte e a Rua Ponta Porã, no Município de Dourados (Prot. nº 1048/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Eduardo Riedel, Secretário de Infraestrutura, solicitando estudo de viabilidade técnica para construção de uma rampa náutica para embarque e desembarque no Rio Dourados, nas imediações da ponte da Rodovia MS-379, entre Dourados e Laguna Carapã (Prot. nº 1055/2021). Oito indicações, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia autônoma ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja efetuada a troca/manutenção das lâmpadas dos postes de iluminação pública em toda a extensão da Rua Primeiro de Julho, na Vila Carvalho (Prot. nº 1053/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando que seja realizado — com urgência — o serviço de manutenção da pavimentação asfáltica da Avenida Zilá Corrêa Machado, no prolongamento da BR-262, entre o Núcleo Industrial e a saída para Sidrolândia (Prot. nº 1049/2021). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado



expediente deste Poder Legislativo ao Secretário Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, Senhor Antônio Rialino Medeiros de Araújo, e ao Prefeito Municipal de Três Lagoas, Senhor Ângelo Guerreiro, solicitando que seja feita a reforma completa, e modernização, do Ginásio Municipal de Esportes Professora Cacilda Acre Rocha, localizado na Rua Manoel de Oliveira Gomes - Santos Dumont, em Três Lagoas (Prot. nº 1058/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando — com a máxima urgência — a pintura das faixas de sinalização de trânsito e das ciclovias, em toda a extensão da Avenida Consul Assaf Trad (Prot. nº 1052/2021). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito de Três Lagoas, Senhor Adriano Kawahata Barreto, e ao Prefeito Municipal de Três Lagoas, Senhor Ângelo Guerreiro, solicitando a instalação de um semáforo na confluência das Ruas Dom Aquino e Urias Ribeiro, no Bairro Santa Luzia, em Três Lagoas (Prot. nº 1052/2021). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Prefeito Municipal de Três Lagoas, Senhor Ângelo Guerreiro, solicitando o recapeamento asfáltico do anel viário da BR-262, no trecho compreendido entre a Avenida Olinto Mancini até o trevo da Avenida Raphael de Haro, em Três Lagoas (Prot. nº 1059/2021). Indico à Mesa Diretora, em consonância com o disposto no artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando que seja realizada a implantação de semáforo e demais sinalizações — em regime de urgência — no encontro da Rua Missão Salesiana com a Avenida Prefeito Heráclito Diniz de Figueiredo, no Bairro Otávio Pécora (Prot. nº 1050/2021). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito de Três Lagoas, Senhor Adriano Kawahata Barreto, e ao Prefeito Municipal de Três Lagoas, Senhor Ângelo Guerreiro, solicitando a limpeza, a roçada e a retirada da sujeira do mato das canaletas para escoamento de águas de chuva no final da Rua Adib Abutt, altura do número 581, no Bairro Jardim dos Ipês (Prot. nº 1056/2021). Uma indicação e uma moção de pesar, de autoria do Deputado João Henrique. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada indicação ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, e ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, por cópias autônomas, solicitando a realização do serviço de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nas Ruas Avenças, Dom Duarte da Costa e Campo Belo, no Jardim Morumbi (Prot. nº 1069/2021). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares do Pastor Ramão Alceu Benites pelo seu falecimento, ocorrido no dia 11 de março do corrente ano, no Município de Rio Verde (Prot. nº 1075/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos Senhores Deputados Federais e Senadores



representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a destinação de recursos da União visando à construção de um pórtico na entrada do Distrito de Piraporã, no Município de Itaporã (Prot. nº 1067/2021). Duas indicações e uma moção de pesar, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando estudos para realização de obras de pavimentação asfáltica e drenagem nas vias públicas do Município de Pedro Gomes (Prot. nº 1073/2021). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Eduardo Correa Riedel, e à Secretária de Estado de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a reforma geral da Escola Estadual Professora Cleuza Teodoro, localizada no Município de Pedro Gomes, tendo em vista as condições precárias em que o local se encontra atualmente (Prot. nº 1082/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Nair Medeiros Echeverria pelo seu falecimento, ocorrido na última segunda-feira, dia 15 de março de 2021 (Prot. nº 1083/2021). Duas indicações e uma moção de pesar, de autoria do Deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando patrolamento e encascalhamento da Avenida Joana D'Arc, entre a Rua Capemi e a Rua dos Gonçalves, no Bairro Pioneiros (Prot. nº 1065/2021). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado e Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando reparo emergencial da pavimentação, recapeamento e sinalização da Rodovia MS-040, trecho comprometido entre os Municípios de Santa Rita do Pardo e Campo Grande. Ressaltamos os pontos mais críticos: 1) Km 18 - depois da ponte do Rio Cachoeira da Pedra; 2) Km 45 - depois da ponte do Rio Pardo; 3) Km 50 - depois da ponte do Rio Pardo até a entrada da Fazenda Santa Fé; 4) Km 62 - curva grande; 5) Km 64 - após a curva; 6) Km 66 - sem referência; 7) Km 68 - curva que antecede a Igrejinha; 8) Km 72 - próximo à Igrejinha 9) Km 75 - depois da Igrejinha; 10) Km 110 - está com pedras de brita soltas (Prot. nº 1066/2021). Requeiro à Mesa, conforme prescrevem as normas do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar ao Senhor Lincoln Feitosa de Oliveira, em virtude do falecimento de sua mãe, Senhora Maria Oliveira Feitosa, ocorrido em 16 de março de 2021, em Campo Grande (Prot. nº 1084/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Antonio Vaz. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Ângelo Guerreiro, Prefeito da Cidade de Três Lagoas, e ao Senhor Adriano Kawahata Barreto, Secretário Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, solicitando a instalação de quebra-molas e o recapeamento da Rua Idolino Garcia Leal, localizada no Bairro Vila Haro (Prot. nº 1068/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Gerson Claro. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor



Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a implantação de três faixas elevadas para pedestres na Avenida Jacinto Honório Leite (MS-276), no Distrito de Lagoa Bonita, no Município de Deodápolis, sendo uma em frente à mercearia do Tonho Belo, outra em frente à casa do Senhor Paulo Campos e outra em frente à mercearia do Senhor Francisco André (Prot. nº 1062/2021). Duas indicações, de autoria do Deputado Cabo Almi. Requeiro à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Rezende, solicitando que, em coordenação com as Secretarias de Saúde dos municípios, sejam envidados esforços a fim de incluir os portadores de diabetes (grupo de risco) acima de cinquenta anos na primeira fase de vacinação (Prot. nº 1077/2021). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, para requerer a implementação de programa de renda mínima emergencial e linha de crédito para: ME, EPP, MEI, profissional autônomo, empreendedores, dentre outros, como medida de enfrentamento da crise econômica causada pela Covid-19. Que o programa a ser elaborado possua os requisitos mínimos que abaixo apresento: I - instituição do auxílio de renda mínima, relativamente: a) à concessão para pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou enquanto perdurar o período da pandemia, observando as condições; b) às pessoas que fazem jus ao auxílio, como: profissionais autônomos, agentes e produtores culturais, agricultores familiares, MEI; costureiras, cabeleireiros, barbeiros, manicures, esteticistas, artistas plásticos, trabalhadores da cadeia produtiva da pesca, trabalhadores por aplicativo, taxistas e outros trabalhadores e empreendedores atingidos pelos efeitos da pandemia; c) valor de benefício correspondente ao salário comercial com adicional de 10% por filho menor, limitado a dois filhos; a concessão de linha de crédito no valor máximo de cinquenta mil reais para os seguintes estabelecimentos, dentre outros: a) ME, EPP e MEI; b) profissionais autônomos, agentes e produtores culturais; c) agricultores familiares; d) costureiras, cabeleireiros, manicures, esteticistas, artistas plásticos (Prot. nº 1078/2021). Uma moção de pesar, de autoria do Deputado Herculano Borges. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Rui de Oliveira, que foi delegado-geral da Polícia Civil, secretário de Segurança, corregedor-geral da Polícia Civil e vereador por Campo Grande, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 11 de março de 2021, nesta Capital (Prot. nº 1079/2021). Duas indicações, de autoria do Deputado Felipe Orro. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, Senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a recuperação da pista e alargamento do acostamento da Rodovia BR-267, no trecho que liga o Distrito de Alto Caracol a Porto Murtinho (Prot. nº 1081/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, ouvido o Plenário, que seja encaminhado — com urgência — expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Diretor-Presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, Senhor Walter Benedito Carneiro Junior, solicitando a viabilização da extensão da rede de esgoto até a região do Hotel Fênix, localizado nos loteamentos altos da cidade, no Município de Anastácio (Prot. nº 1080/2021). Um projeto de decreto legislativo, de autoria da Mesa Diretora 2021-2023. Prorroga, até 30 de junho de 2021,



os efeitos do Decreto Legislativo nº 624, de 30 de abril de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Glória de Dourados, para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Prot. nº 1063/2021). Uma moção de pesar e uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Ivan Orondjian, falecido no dia 19 de fevereiro de 2021. Nascido em Campo Grande, Ivan Orondjian formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, em 1982 (Prot. nº 1060/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos Professores Pedro Chaves dos Santos Filho e Therezinha dos Santos Samways pelo lançamento virtual do livro "Mace 50 anos de História" (Prot. nº 1054/2021). Uma moção de pesar e uma moção de apoio, de autoria do Deputado Eduardo Rocha. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhada moção de pesar à Senhora Neusa Maria Martins Marques e aos seus filhos, Patrícia Marques, Simone Marques Prado e Diógenes Marques, em decorrência do falecimento de José Nunes Marques, ocorrido no dia 13 de março de 2021, na Cidade de Três Lagoas (Prot. nº 1072/2021). Conforme prevê o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa que seja encaminhada moção de apoio à Doutor Ludhmila Hajjar em razão dos injustos ataques sofridos nas redes sociais e das inaceitáveis ameaças que ela e sua família vêm recebendo desde que se tornou pública a possibilidade de sua assunção ao Ministério da Saúde (Prot. nº 1070/2021). Uma moção de congratulação e uma indicação, de autoria do Deputado Coronel David. Requeiro à Mesa, ouvido o douto Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada moção de congratulação ao Delegado-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, Doutor Adriano Garcia Geraldo, à Delegada Titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Fernanda Félix Carvalho Mendes, e a Delegada Adjunta da Deam, Anne Karine Sanches Trevisan, pela operação realizada em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, representando todos os policiais civis que atuam na defesa e combate a violência contra a mulher, no dia 8 de março 2021 (Prot. nº 1085/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, solicitando — em caráter de urgência — que todos os profissionais de segurança pública sejam incluídos na lista de prioridades do plano de imunização da população adulta nas primeiras fases da Campanha de Vacinação contra a Covid-19. Os profissionais de segurança pública realizam um trabalho essencial, pois atuam na linha de frente no combate da Covid-19 e estão constantemente expostos ao risco de serem contaminados, visto que, no exercício de suas atividades, diariamente lidam com pessoas infectadas pela Covid-19, em delegacias, unidades prisionais, residências, hospitais, comércios e principalmente nas ruas, e nós precisamos garantir as condições necessárias para que haja a continuidade dessas atividades indispensáveis para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Prot. nº 1057/2021). Uma indicação e duas moções de pesar, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao Senhor



Geraldo Resende, Secretário de Estado de Saúde, sugerindo a retomada de base ou hospital de campanha e/ou local para realização de exames rápidos em pacientes com suspeita de Covid-19 (sistema drive-thru) no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 1071/2021). Requeiro à Mesa, depois das formalidades regimentais, que seja encaminhada, em nome desta Assembleia Legislativa Estadual, moção de pesar à Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá pelo falecimento da inesquecível Senhora Marcela Mariana Cárcano de Barros, servidora efetiva daquela instituição, pelo seu falecimento, ocorrido na data de 15 de março de 2021, em Corumbá. Requeiro, igualmente, que, desta manifestação, seja dada ciência aos seus familiares (Prot. nº 1074/2021). Requeiro à Mesa, depois das formalidades regimentais, que seja encaminhada, em nome desta Assembleia Legislativa Estadual, moção de pesar aos familiares da inesquecível Senhora Maria Paula da Silva, pelo falecimento, ocorrido na data de 15 de março de 2021, em Corumbá (Prot. nº 1076/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando viabilizar — em caráter prioritário — a realização de obras de patrolamento e encascalhamento da Rua Miguel Atalla (ponto de referência nº 10), esquina com a Rua Nagem Saad, no Bairro Jardim Monte Alegre (Prot. nº 1064/2021). Uma indicação de autoria do Deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito do Município de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja efetuada — em caráter de urgência — a manutenção da tampa do bueiro localizado na Avenida José Barbosa Rodrigues, esquina com a Rua Presidente Antonio Carlos, no Bairro Vila Almeida (Prot. nº 1086/2021).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Pela ordem, Senhor Presidente.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Presidente, o som do seu equipamento está muito baixo.

PRESIDENTE - Item 1 - Em discussão única. Mensagem nº 51/2020. Veto parcial ao Projeto de Lei nº 211/2019. Autor: Deputado Marçal Filho. "Altera a redação de dispositivos da Lei nº 90, de 2 de junho de 1980, que dispõe sobre as alterações do meio ambiente, estabelece normas de proteção ambiental, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão. Para discutir, com a palavra, o Deputado Capitão Contar, e em seguida, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, o senhor me escuta?

PRESIDENTE - Está muito ruim o som do seu equipamento, Deputado Capitão Contar.



DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Acho que todos estão me ouvindo, menos o senhor.

PRESIDENTE - Deputado Capitão Contar, eu estou ouvindo Vossa Excelência. O senhor pode discutir o projeto.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Eu havia solicitado a palavra, pela ordem, apenas para informar que já se encontra devolvido o Projeto de Lei 021/2021, do qual eu pedi vista no dia de ontem. Obrigado.

PRESIDENTE - Muito bem, Deputado. Muito obrigado. Neste momento, para discutir o veto parcial ao Projeto de Lei nº 211/2019, de autoria do Deputado Marçal Filho, com a palavra, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, o veto em questão é tão somente ao artigo 4º do Projeto de Lei nº 211/2019, apresentado pelo Deputado Marçal Filho, no que tange às penalidades; uma vez que a legislação federal já estabelece, nas regras gerais, sanção para quem descumprir as questões ambientais. Portanto, esta é a razão que sedimentou o veto do Senhor Governador do Estado, que foi acompanhado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PRESIDENTE - Quando eu disser "em discussão", a pedido do Deputado Barbosinha, Senhores Deputados, tenho que dar uma pausa; caso contrário os colegas não conseguem pedir para discutir o projeto.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Presidente, o som do seu equipamento está baixo.

PRESIDENTE - Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 211/2019, de autoria do Deputado Marçal Filho.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?



DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Cabo Almi?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Presidente, acho que o Deputado Cabo Almi não está conseguindo entrar na Sessão. Colete o voto do próximo Deputado, por favor!

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

DEPUTADO CABO ALMI - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges? Se estiver on-line, caso não esteja, já está justificada a sua ausência. Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?



DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima? Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Senhor Presidente, o projeto em questão é de minha autoria. Entendo que o veto parcial não retira a essência da minha ideia. Por esta razão, voto sim.

PRESIDENTE - Quero aproveitar o momento, Deputado Marçal Filho, tendo vista que Vossa Excelência se encontra presente no Plenário, para dizer que estamos falando aqui de um projeto de sua autoria. Há um veto parcial em um dos artigos. Vossa Excelência sabe que os caminhos a serem trilhados para que se aprove um projeto são difíceis. E, no caso, este é de 2019, não é tão antigo quanto aquele que o senhor apresentou na Câmara Federal e sobre o qual o Deputado Eduardo Rocha comentou ontem. O da Câmara Federal será votado dez anos depois. Então, senhores, eu gostaria de elogiar o Deputado Marçal Filho pelo projeto que será votado na próxima terça-feira, se Deus quiser. O Deputado Eduardo Rocha, inclusive, está fazendo-nos o convite para uma reunião com a Senadora Simone Tebet. Eu estou determinando ao Diretor da TV Assembleia, o ex-deputado Maurício Picarelli, que faça a cobertura, porque é importante mostrar às pessoas que não é fácil aprovar um projeto, muitas das vezes isso demanda tempo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Trata-se de um projeto de grande relevância, não é, Senhor Presidente?

PRESIDENTE - Sim. É de muita relevância. Deputado Marçal Filho, enche-nos de orgulho o fato de Vossa Excelência fazer parte desta Casa de Leis. O senhor nos traz bastantes experiências.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Muito obrigado.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Deputado Pedro Kemp, solicito que Vossa Excelência me procure na Sala da Presidência após o término desta Sessão. Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia a todos! Eu também sou favorável à manutenção do veto. Parabenizo o Deputado Marçal Filho pelo grande projeto; projeto este que, inclusive, a Senadora Simone Tebet resgatou. A proposta permite que haja isonomia entre homens e mulheres no que diz respeito à questão salarial. Eu já emiti meu voto. Obrigado

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Bom dia, Senhor Presidente e nobres colegas Deputados! Eu quero parabenizar o Deputado Marçal Filho pela apresentação deste relevante projeto. Voto pela manutenção do veto parcial. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito à Deputada Mara Caseiro que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Mara Caseiro) - Senhor Presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Mantido o veto. Vai ao arquivo. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 021/2021. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001, na forma que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Eduardo Rocha. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 021/2021, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.



Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Cabo Almi?

DEPUTADO CABO ALMI - Senhor Presidente, declaração de voto. Este projeto chegou a esta Casa encaminhado pelo Governo, e já foram solicitados dois pedidos de vista, um pelo Deputado Pedro Kemp e outro pelo Deputado Capitão Contar; e a minha intenção era pedir vista também. Mas, hoje de manhã, eu estive conversando com a Doutora Ana Carolina, que me tirou algumas dúvidas, e eu acho que não há motivos para se protocolar, mais uma vez, pedido de vista. Eu protocolizei nesta Casa três requerimentos, inclusive pedindo que algum representante do Governo viesse prestar maiores esclarecimentos sobre este projeto. Como eu disse, já falei com a Doutora Ana Carolina, mas restaram-me algumas dúvidas ainda. Por exemplo, uma vez aprovado este projeto como está, esses membros do conselho serão remunerados, ou não? A própria Doutora Ana Carolina não foi precisa quanto a isso. E esses membros [do conselho] não precisariam passar pela Casa para serem sabatinados? E se é o Governo que vai indicar, é natural que esta Casa vote analisando o currículo desses membros. Seria bom, inclusive, que eles pudessem vir aqui para prestar maiores esclarecimentos aos Deputados. A última dúvida que tenho é quanto à cobrança, ou não, de pedágio nas MS [rodovias estaduais] pelo Governo do Estado. Agora há pouco, eu estava falando com o Deputado Zé Teixeira, e ele falava que já existe uma lei sobre pedágios. Então, eu vou evitar o pedido de vista, mas vou votar contra o projeto, até porque se, no futuro, ocorrer algum problema, eu estarei resguardado através do meu voto. O projeto não ficou bastante claro para todos os setores interessados: os proprietários de táxis, os proprietários de vans, as empresas de ônibus, enfim, setores os quais a Agepan deverá fiscalizar. Então, voto não.

DEPUTADO BARBOSINHA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Vou registrar aqui. O Deputado Cabo Almi votou não. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, só para esclarecer algo ao Deputado Cabo Almi e aos demais Parlamentares. O projeto não cria cargos, ele, na verdade, só promove adequações, mantendo os mesmos cargos existentes na



estrutura da Agepan. Portanto, o projeto não ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal porque não gera despesa. Obrigado.

DEPUTADO CABO ALMI - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Senhor Presidente, eu ouvi a explicação do Deputado Barbosinha, mas o artigo 8º da lei diz que a diretoria executiva será formada pelo diretor-presidente e por mais três diretores, que satisfaçam, simultânea e cumulativamente, os seguintes requisitos... Então, fala-se que não cria cargos, mas o artigo 8º deixa clara a criação desses três cargos de direção.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, apenas para esclarecer. Este quarto cargo, no caso, já existe na estrutura organizacional da Agepan. Ou seja, o projeto só está regulamentando cargos que já existem. E com relação aos conselheiros, Deputado Cabo Almi, as agências reguladoras precisam seguir uma lei federal. Então, nada será feito contrariando a lei federal das agências reguladoras. Isto tem de ficar bem claro.

DEPUTADO CABO ALMI - Senhor Presidente, na verdade, antes eram três cargos, e agora são quatro cargos. Eu não vou entrar no mérito, mas pode ver a legislação.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, eu vou votar contra também, por razões já explicadas em discussões passadas. E eu concordo com Vossa Excelência, Deputado Cabo Almi. No meu entendimento, há criação de cargos. Se está se tratando de uma questão de remanejamento, por que retirar a expressão "não remunerada" do artigo 6º? Então, no meu entendimento, isso abre margem para que as pessoas que ocuparão esses cargos recebam remuneração. Portanto, voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?



DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges? Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Declaração de voto, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, quanto à Agepan, como agência reguladora, está prevista, em legislação específica, uma estrutura organizacional compatível com os cargos que nela já estão alocados, com parâmetro e amparo na legislação federal. Isso impede que façamos algo diferente, promovendo distorções e injustiças. Então, eu não consegui encontrar aumento de despesa, uma vez que se trata de cargo já existente. Eu tenho tido várias posições contrárias, quando necessário, e faço questão de fiscalizar aquilo que acredito que precisa ser fiscalizado; mas, neste caso, essas diretorias já constam no quadro organizacional da Agepan. Portanto, voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes? Como vota o Deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?



DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, Senhores Deputados, meu líder de bancada, o Deputado Cabo Almi, liberou-me para votar de acordo com meu entendimento. Quero dizer que eu pedi vista deste projeto e o analisei com bastante cuidado. Além disso, conversei com a Doutora Ana Carolina, e as minhas dúvidas foram sanadas. Na verdade, quando o projeto estabelece que, na nova estrutura, haverá quatro diretorias, sendo que hoje há três, ele não fala na criação de despesas porque o novo diretor será remunerado com verba destinada a um cargo já existente na estrutura organizacional da Agepan. Então, a Agepan já tem o DGA para esta nova diretoria, pelo menos foi isso que eu entendi. Por isso, eu não vejo aumento de despesa, nem a criação de novos cargos. Se fosse assim, teria de haver um anexo dizendo, por exemplo, assim: fica criado o cargo "símbolo tal", "DGA tal". Aí haveria aumento de despesa, porque estaria sendo criado um novo cargo. Mas, pela explicação da Doutora Ana Carolina, este novo diretor será remunerado, mas ocupará cargo já existente na estrutura da Agepan. E quanto ao conselho, Comitê de Serviços Públicos, está bastante claro no texto que os seus membros não perceberão qualquer espécie de remuneração. Então, eu e o Deputado Cabo Almi acabamos chegando a entendimentos diferentes quanto a este projeto. Mas já fui liberado por ele para votar favorável. Portanto, voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito à Segunda-Secretária, Deputada Mara Caseiro, que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Mara Caseiro) - Senhor Presidente, são dezessete votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Veto total ao Projeto de Lei nº 236/2019. Autor: Deputado João Henrique. "Institui o Programa Raízes do Cerrado em Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à manutenção do veto, tendo como relator o Deputado Professor Rinaldo. Em discussão.



DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Para discutir, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Para discutir, com a palavra o autor do projeto, Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, colegas Parlamentares, antes de expor as razões contrárias ao veto, eu gostaria de fazer um apelo e gostaria, também, de explicar qual é a minha intenção com a apresentação desta proposta. Peço vênias para ler o artigo 2º do projeto, o qual diz, em suma, que, se as empresas concessionárias, conveniadas, terceirizadas, de serviço público que realizam o corte e a poda de árvores causarem derrubada ou provocarem dano ambiental coletivo ou alteração do desenvolvimento natural, como por exemplo a morte de árvores em áreas públicas, no perímetro urbano do Estado, ficarão obrigadas a plantarem, no mínimo, cinco árvores frutíferas típicas do Cerrado. Proposta a ser regulamentada por decreto do Governo, e a fiscalização fica por conta da Semagro, podendo, ainda, os municípios aderirem à criação deste programa. Mas o que ocorre é que, muitas das vezes, a gente vê, na prática, a empresa que promove a poda cortando mais da metade da copa da árvore, e aí ela acaba morrendo, caindo, provocando danos. A gente vê que o nosso Cerrado tem mais de duzentos e vinte e sete frutos, que eles estão se perdendo, e nós Parlamentares não temos condições de resgatar, salvar, obrigar... Campo Grande ficou conhecida como a Capital dos Ipês porque alguém teve coragem de impor, de fazer, de realizar a plantação dessas árvores, e demorou anos até chegar a este patamar. Então, imaginem Vossas Excelências como será se as empresas que causarem danos forem obrigadas a plantar para a população árvores frutíferas em praças que, muitas das vezes, estão abandonadas! Frutas são caras. E é possível fazer a equilibração disso, por meio de decreto do Governo do Estado. Está aberta neste projeto a possibilidade de o Governo fazer a regulamentação do plantio de, no mínimo, cinco árvores frutíferas, podendo chegar ao limite que ele bem entender, equacionando a dimensão dos danos. Vejam, Vossas Excelências, que, segundo a nossa Constituição Estadual, cabe à Assembleia Legislativa promover a criação de programas. E agora eu gostaria de pedir vênias para ler um dos artigos da Constituição Federal. Vários artigos dizem que a competência para preservar, cuidar, implementar, é comum; muitas das vezes essa competência nem é concorrente. O Deputado Barbosinha acabou de comentar sobre a competência concorrente. E eu observava na Comissão de Constituição, Justiça e Redação que o Estado tem competência para legislar sobre os princípios gerais. Mas, aqui, como se trata de meio ambiente, de fauna e flora, a competência é comum, é uma competência maior. Há, Senhor Presidente, um artigo específico da Constituição Federal, o artigo 222, que eu gostaria de ler. Diz aqui que toda pessoa tem o direito de usufruir de um ambiente físico e social livre dos fatores nocivos à saúde. E o parágrafo 1º diz que cabe ao poder público, através de órgãos próprios e do apoio inclusive a iniciativas populares, proteger o meio ambiente, preservando recursos naturais, ordenando seu uso, sua exploração, resguardando o equilíbrio do sistema ecológico, sem discriminação dos indivíduos, regiões etc. Então, este projeto passou pela nossa Casa, passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e, infelizmente, está sofrendo um veto total. Mas este programa tem condições de, em médio e longo prazo, criar um benefício imenso ao Governo e às prefeituras que, voluntariamente, quiserem aderir. Portanto, eu peço a Vossas Excelências que se sensibilizem com esta questão.



Aos colegas que tiverem dúvida, solicito que leiam a proposta. Quem quiser discutir comigo, estou à disposição. Acredito que nós temos condições de criar um programa de amplo alcance, com muitos benefícios. Eu gostaria de encerrar esta discussão, senhores, dizendo que eu apoiei o Governo quando ele entendeu que era necessário utilizar parte do Parque dos Poderes para construção dos anexos que estavam inicialmente projetados; e a mídia desconstruiu essas iniciativas, dizendo que estávamos promovendo o desmatamento. Então, eu acho que nós temos, agora, a oportunidade de mostrar que gostamos do verde, que vamos recompor, com este projeto, o prejuízo que as empresas e as concessionárias vêm causando ao nosso meio ambiente. Assim, proporcionaremos maior prazer e lazer ao cidadão sul-mato-grossense. Agora, para encerrar, quero fazer um desabafo a Vossas Excelências: se, na condição de Deputados Estaduais, nós não pudermos fazer nenhum programa, com o amparo, com a competência comum do Estado e dos municípios, eu não sei o que poderemos fazer, como diz o nobre Deputado Federal Francisco Everardo Oliveira da Silva, o Tiririca. Então, sinceramente, eu gostaria de que Vossas Excelências se sensibilizassem, eu gostaria de que nós estudássemos e, se fosse o caso, discutíssemos uma forma de viabilizar algo nesse sentido, porque este projeto é realmente importante e tem condições de trazer um grande benefício à população sul-mato-grossense. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Para discutir, Presidente.

PRESIDENTE - Eu acho que nós podemos propor uma conversa. Nós já estamos avaliando o veto, mas podemos conversar com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa, com os órgãos ambientais, com o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, Jaime Elias Verruck. Acho que dá para fazermos algo mais ou menos dentro do que Vossa Excelência está pretendendo. Sabemos que os caminhos dos projetos de lei normalmente não são uma linha reta, então, de repente, desta vez não possamos atendê-lo. Mas o seu projeto de lei é interessante, e acho que Vossa Excelência defendeu muito bem suas ideias.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Eu quero me inscrever para discutir, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Está em discussão o projeto, Deputado.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, eu gostaria de me manifestar no sentido de parabenizar o Deputado João Henrique pelo projeto de lei. Confesso que eu fiquei com aquela inveja boa de não ter sido eu o autor de uma lei tão bacana como esta. Eu não vejo nenhuma razão para este veto. Se for o caso de nós derrubarmos este veto, esta lei trará benefícios ao meio ambiente do Estado. Parabéns! Voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Muito obrigado, Deputado Capitão Contar.

PRESIDENTE - Com a palavra, a Deputada Mara Caseiro.



DEPUTADA MARA CASEIRO - Tenho algumas considerações relacionadas ao veto do Executivo. No que diz respeito ao aspecto formal, a proposta legislativa trata de matéria de interesse local, cuja competência legislativa é dos municípios, nos termos do artigo 30, inciso I e II, da Constituição Federal, e do artigo 17, inciso I e II, da Constituição Estadual. Ambos têm a mesma redação. Diz o artigo 30. Compete aos municípios: Inciso I - legislar sobre assuntos de interesse local. Inciso II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. Com efeito, o princípio geral que norteia a repartição de competências entre os entes federados é a predominância do interesse, segundo o qual cabe à União as questões de interesse geral, aos Estados os assuntos de interesse regional e aos municípios as matérias de interesse local, caracterizado por circunstâncias demográficas econômicas, administrativas e geográficas que justifiquem o uso dessa competência. Em síntese, por regra geral, é dos municípios a competência para estabelecer padrões relacionados ao meio ambiente. Embora o projeto seja muito interessante, é competência do município estabelecer tais padrões. O objetivo do projeto é obrigar as concessionárias de serviços públicos que causarem danos ambientais coletivos a plantarem cinco árvores frutíferas típicas do Cerrado, visando a assegurar condições ambientais e paisagísticas. No entanto, árvores nativas são integrantes da área verde urbana e estão sujeitas às normas municipais previstas no Plano Diretor e nas leis de zoneamento urbano e de uso do solo do município. Assim, a proposta legislativa, ao implementar política pública urbana destinada à preservação de área verde (arborização) está disciplinando sobre assunto de interesse local, invadindo a competência legislativa dos municípios. Se não bastasse isso, a proposta apresentada — embora muito importante e interessante — invade a competência municipal no que diz respeito ao seu poder de polícia, já que estabelece a multa e o dever de fiscalização pela secretaria municipal. A proposta também intervém em ato típico da administração ao impor obrigações inerentes à implementação do programa, interferindo nas atribuições do chefe do Executivo. Por fim, o veto merece ser mantido, em razão de que possui vício de natureza material, já que a vegetação de cada município apresenta características próprias dentro de sua esfera territorial. Então, faz-se necessário que cada ente político municipal defina e administre seu perfil de gestão quanto à arborização urbana. Cabe informar ainda que o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Semagro, editou um roteiro para elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana, com o intuito de fomentar a elaboração de Planos Municipais de Arborização Urbana, que devem ser feitos de modo complementar e em sintonia com o Plano Diretor. Então, Senhor Presidente, nós entendemos que o veto deverá ser mantido. Embora o projeto seja significativo, ele interfere em competências que não são nossas, e sim do município. Era isso. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, apenas para discutir sobre as respeitadas palavras da Deputada Mara Caseiro. O que foi dito justifica, em tese, o equívoco do veto, porque ele deveria ser parcial, e não total. O artigo 3º do nosso projeto diz que os municípios poderão implementar o programa em seu Plano Diretor de Arborização Urbana. Presidente e colegas Deputados, esta



proposta — infelizmente o Deputado Gerson Claro não pôde estar presente, mas na época ele era líder do Governo — foi construída juntamente com o Deputado Gerson Claro, exatamente para que não viesse a interferir na competência dos municípios. Não há obrigatoriedade, os municípios que quiserem poderão aderir a este Plano. E o Plano é estadual, e não municipal, porque cada município tem as suas peculiaridades, mas o Estado tem controle de cada região. E a Semagro está elaborando um roteiro, como a própria Deputada Mara disse. O artigo 4º diz que a não observância do artigo 2º desta lei poderá sujeitar o infrator a fiscalização e multa estipulada e regulamentada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção, Agricultura e Familiar (Semagro). Ou seja, nós não estaremos interferindo nem na política do Governo, nem na dos municípios. Desculpem a minha insistência, mas eu preciso fazer esta contraposição dizendo que nós não estamos invadindo a competência dos municípios, e aderir ao Plano é opcional. Com base nas palavras do Deputado Gerson Claro, quero dizer que os municípios que ainda não têm Plano Diretor de Arborização Urbana poderão aderir a este programa. Isso demonstra que o veto total do Governo foi equivocado. Essas são as minhas últimas palavras. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço. Há mais alguém para discutir? Então, passemos à votação.

Veto Total do Executivo ao Projeto de Lei nº 236/2019, de autoria do Deputado João Henrique.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Declaração de voto, Senhor Presidente.

PRESIDENTE- Com a palavra, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Eu ouvi atentamente o Deputado João Henrique, e é sempre muito prazeroso ouvir as discussões dele, independentemente do posicionamento que toma, porquanto está sempre bem embasado, do ponto de vista da constitucionalidade e daquilo que entende como adequado. Eu fiz uma análise



na CCJR e, no primeiro momento, inclinei-me a votar pela derrubada do veto, mas quedei-me, posteriormente. Verifica-se que o próprio projeto coloca ao município a possibilidade da adesão. Ora, se o município precisa aderir, logo já é um reconhecimento implícito, ou até explícito, de que a competência para legislar sobre matéria de peculiar interesse local pertence efetivamente ao município, tanto que, hoje, é reservado aos municípios o direito à elaboração dos seus respectivos Planos Diretores de Arborização. As grandes cidades, hoje, estão elaborando o Plano Diretor de Arborização, estabelecendo os espécimes que podem ser plantados. Até porque é um contrassenso plantar mudas do Cerrado, um ipê, por exemplo, embaixo de uma rede elétrica, porque é evidente que essa espécie de árvore crescerá bastante e disputará espaço com os fios elétricos. É exatamente na questão local que se pode disciplinar. Evidente que, numa cidade onde a fiação é subterrânea, não haverá a questão do encontro com a rede de alta tensão. Eu entendo a angústia de Vossa Excelência, Deputado João Henrique, pois realmente a margem do Parlamento para legislar é muito restrita. No entanto, com a vênua do ilustre Parlamentar, respeitando embora o seu alto conhecimento jurídico, voto pela manutenção do veto, reconhecendo que o tema tratado no projeto é de peculiar interesse do município; e que reserva ao Estado normas gerais, deixando ao município as normas concretas. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Cabo Almi?

DEPUTADO CABO ALMI - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Declaração de voto, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Para declarar o voto, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Senhor Presidente, por muito tempo militei na área da fiscalização ambiental, fazendo parte da Polícia Ambiental, fui inclusive seu comandante. É uma das atividades mais técnicas da Polícia Militar, já que o policial militar ambiental precisa conhecer bem a complexa e variada legislação que regula as atividades ligadas ao meio ambiente e à fiscalização ambiental. É notório que a legislação ambiental é concorrente, quer dizer, permite que Estados e municípios legislem a respeito, inclusive é uma das poucas legislações federais que permitem aos Estados membros e aos municípios legislares de uma forma mais restritiva. Por conta disso, voto com o Deputado João Henrique: contra o veto.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges? Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto não. Reiterando, na declaração de voto, que sim, que a Constituição Federal diz que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Obrigado aos Parlamentares que quiseram aderir a esse programa, a esse projeto. Tenho certeza que essa lei, caso aprovada, trará muitos benefícios. Obrigado.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes? Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?



DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito à Deputada Mara Caseiro que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Mara Caseiro) - São onze votos favoráveis e sete votos contrários.

PRESIDENTE - Mantido o veto. Vai ao arquivo. Item 4. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2021. Autora: Mesa Diretora. "Prorroga até 30 de junho de 2021 os efeitos do Decreto Legislativo nº 671, de 16 de julho de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Três Lagoas, para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, tendo como relator o Deputado Eduardo Rocha. Em discussão.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Para discutir, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Para discutir, com a palavra, o Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Meus amigos, gostaria de pedir o voto de todos, porque a situação está complicada, complicada para todos os municípios. Já aprovamos o estado de calamidade pública para Três Lagoas ano passado, e agora é uma ampliação disso. Três Lagoas vem cumprindo todos os protocolos preconizados pela Ciência. O prefeito tem feito reuniões semanais com os comerciantes, com as polícias, segunda-feira agora abriu mais dez leitos de UTI. A situação ainda está sob controle, e a ampliação do estado de calamidade pública é mais uma ferramenta à disposição para o enfrentamento das situações críticas. Peço, portanto, o voto dos colegas Deputados. Obrigado.

PRESIDENTE - Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2021, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Cabo Almi?

DEPUTADO CABO ALMI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lídio Lopes? Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho? Como vota o Deputado Marcio Fernandes?



DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk? Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Marçal Filho.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito que seja anunciado o resultado da votação pela Segunda-Secretária.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Mara Caseiro) - Senhor Presidente, quinze votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, trinta e uma indicações, cinco moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria da Casa, em razão do falecimento do Senhor Paulo Sérgio. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria da Casa, em razão do falecimento do Senhor Paulo César Bráulio. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria dos Deputados Renato Câmara, Barbosinha e Jamilson Name, em razão do falecimento da Senhora Neli Fascincani. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da Senhora Auracelia Insabralde. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de



pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Filomeno Gomes Gimeses. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor João Lúcio Filho. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Cícero Tenório Albuquerque. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Barbosinha, em razão do falecimento do Senhor Roberto Klein Ozorio. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor José Nunes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado João Henrique, em razão do falecimento do Senhor Almir de Almeida Júnior. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Estou aceitando inscrições. Primeiro, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CABO ALMI - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Segunda, Deputado Mara Caseiro; terceiro, Deputado Cabo Almi; quarto, Deputado Eduardo Rocha; e quinto, o Deputado Professor Rinaldo. Com a palavra, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Uso hoje este espaço para dizer que fiz uma indicação ao Ministro da Saúde, Senhor Marcelo Queiroga, solicitando, em caráter de urgência, que todos os profissionais de segurança pública sejam incluídos na lista de prioridade no plano de imunização da população adulta, ainda nas primeiras fases da campanha de vacinação contra a Covid-19. Não é segredo para ninguém que os profissionais de segurança pública realizam um trabalho essencial, pois atuam na linha de frente do enfrentamento à Covid. Estão, Senhor Presidente, constantemente expostos ao risco de serem contaminados, em razão da natureza das suas atividades — em delegacias, unidades prisionais, residências, hospitais, comércios, principalmente na rua. Daí a indicação ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Peço o apoio dos senhores na proposição que apresento. E cito ainda, Presidente, para encerrar, o grande absurdo...

DEPUTADO BARBOSINHA - Um aparte, Deputado?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Pois não, Deputado.

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado Coronel David, parabéns a Vossa Excelência pela indicação. Com efeito, os profissionais da Segurança Pública, bombeiros, agentes penitenciários, polícias penais, polícias militares, que atuam



inclusive nas escoltas dos pacientes internados, correm um grande risco diariamente. Vossa Excelência conhece bem o assunto, tem experiência na área, já ocupou o mais alto posto na hierarquia da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, foi seu comandante-geral. Age bem Vossa Excelência, valendo-se do seu prestígio, ao fazer essa rogativa ao Governo Federal da inclusão dos profissionais de saúde, que atuam na linha de frente do combate à Covid-19, no pior momento da pandemia, entre os grupos prioritários no recebimento da vacina. Espero que seu pedido sensibilize o ministro. É um pedido que, se atendido, terá, creio eu, repercussão nacional para todos os que atuam na Segurança Pública. Parabéns!

DEPUTADO CORONEL DAVID - Obrigado.

DEPUTADO CABO ALMI - Permite-me um aparte, Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Só um minutinho, Deputado Cabo Almi. Agradeço o aparte do Deputado Barbosinha, incorporo-o ao meu pronunciamento. Estamos, Senhor Presidente, diante de uma questão um tanto quanto inexplicável. A população carcerária do Brasil foi colocada nessa lista prioritária já nas primeiras fases da campanha de vacinação. Pessoas que cometeram crimes, que atentaram contra a vida do cidadão, acabam tendo esse privilégio de serem vacinadas primeiro, antes mesmo dos profissionais de segurança pública, que estão aí no dia a dia defendendo a população. Fico me perguntando como que fizeram lá em Brasília para urdir uma coisa dessas, para colocarem os presos na lista de prioridade, deixando em segundo plano os profissionais de segurança pública, aqueles que estão todos os dias nas ruas protegendo o cidadão. Concedo-lhe o aparte, Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Na mesma linha do Deputado Barbosinha, cumprimento Vossa Excelência, e acrescento que um pedido de igual teor já foi protocolizado por mim nesta Casa de Leis, só que em nível estadual. Vossa Excelência, certamente pelo bom trânsito que tem no Governo Federal, faz o mesmo pedido ao Ministro da Saúde. Tomara, Deputado Coronel David, que o pedido de Vossa Excelência seja atendido nacionalmente, rogo por isso. E o faço por entender o risco permanente a que estão expostos os profissionais da saúde, esse setor tão primordial. Aliás, sempre foi assim, sempre correram risco de vida, e agora mais do que nunca, com o vírus se alastrando e eles tendo que estar na linha de frente — no combate ao crime, nas escoltas, nas casas de guarda. Cumprimento Vossa Excelência e rogo para que o Ministro da Saúde tenha êxito em nível nacional. Parabéns, que Deus o abençoe pela excelente ideia. Não quero entrar no mérito se os presos têm ou não direito à vacina, só lembrando que entre eles há tanto os de alta periculosidade quanto aqueles que merecem ser ressocializados e devolvidos à sociedade. E o direito à vida, Deputado Coronel David, é primário; além disso, se não me engano, no Brasil ainda não temos a pena de morte. Não dá para colocar tudo no mesmo balaio, muitos condenados, nós sabemos, cumprem suas penas e voltam para o seio da sociedade — para criar filho, para rever esposa, para rever pai, mãe, etc. É isto que penso, mas não vou entrar no mérito — e já entrando, meio sem querer —, mas não pretendo polemizar a questão, Deputado Coronel David.



DEPUTADO CORONEL DAVID - Obrigado, Deputado Cabo Almi. Já ia encerrar, Senhor Presidente, mas como o Deputado Cabo Almi tocou nesse assunto dos presos, faço uma observação. Eu sempre atuei no cumprimento da lei, ao lado da sociedade. Entre criminosos e cidadãos de bem, eu tenho lado: fico com os cidadãos de bem, principalmente com os profissionais da Segurança Pública. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavras, nas Explicações Pessoais, a Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Esta Casa aprovou a Lei nº 4.098, de autoria do ex-deputado estadual Márcio Monteiro, que institui a "Semana Estadual do Artesanato" e o "Dia Estadual do Artesão". Este ano, a semana cai entre os dias 19 e 26 de março, e o Dia do Artesão é comemorado no dia 19 de março. Nós sempre fazíamos uma sessão solene alusiva a essa data, Senhor Presidente, mas em função da pandemia, do momento crítico que atravessamos, este ano não faremos. Não teremos a sessão, mas deixo registrados meus cumprimentos a todos os artesãos, lembrando que de 19 a 26 de março teremos algumas atividades com relação à Semana Estadual do Artesanato — obviamente que de forma virtual. Tenho também, Senhor Presidente, três indicações. A primeira, endereçada ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Presidente da Sanesul, Senhor Walter Carneiro Junior, solicitando a perfuração de um poço artesiano para atender os moradores do Assentamento Tamakavi, em Itaquiraí. Trata-se de uma reivindicação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por agricultores familiares do município, por meio do presidente do sindicato, Senhor Lourival Cardoso, e pelo Senhor Ney Portela, ambos do Município de Itaquiraí. A outra indicação é endereçada ao Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário Eduardo Riedel e ao Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos, Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, solicitando a viabilização de recursos para a execução de obras de melhoria no Aeroporto Municipal de Naviraí. A presente indicação decorre de observações feitas durante uma visita ao aeroporto. Uma terceira indicação, indo na mesma seara, é endereçada ao Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, e ao Diretor-Presidente da Agesul, Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, solicitando a viabilização de recursos para a execução de obras de melhoria no Aeroporto Municipal de Costa Rica. Esta última indicação decorre de um pedido formulado pelo Prefeito do Município de Costa Rica, Cléberson Alves dos Santos. Outra coisa, Senhor Presidente, é que mais uma vez quero chamar a atenção para o momento que estamos passando. Os jornais de hoje trazem a triste notícia de que estamos com um número absurdo de óbitos no País. Precisamos refletir sobre a situação, temos de encontrar meios de conter a circulação do vírus. Essa doença nos tem levado amigos, parentes, há pessoas entubadas, gente do nosso convívio — precisamos nos unir para tentar conter o vírus. Hoje a notícia é de duas mil e setecentas mortes, aproximadamente, causadas pelo coronavírus no País; até semana passada o número estava em torno de mil e trezentos óbitos, o que já achávamos absurdo. Agora são duas mil e setecentas vidas perdidas! Muito complicado o momento. Precisamos nos conscientizar e conscientizar a população, as pessoas precisam se cuidar. Eu sei que há a preocupação com a economia, mas temos que



tentar conciliar ambas as coisas: cuidar das vidas e cuidar da economia. O Governo estadual teve que tomar essas medidas restritivas, o crescimento na taxa de ocupação dos leitos precisava ser contido. Chegamos ao absurdo de ter de esperar que alguém morra para poder salvar uma vida, que é o que está acontecendo hoje com a falta de leito. As filas de gente à espera de UTI é algo preocupante. Apenas isso, Presidente. Obrigada.

PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Vou fazer a leitura de uma indicação, não vai demorar muito. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme abaixo. Através do presente expediente, requeiro providências para implementação de programa de renda mínima (...) — Vossa Excelência deve se lembrar da expressão "renda mínima", não é, Senhor Presidente? — (...) emergencial e linha de crédito para ME, EPP, MEI, profissional autônomo, empreendedores, dentre outros, como medida de enfrentamento da crise econômica causada pela Covid-19. Que o programa a ser elaborado possua requisitos mínimos que abaixo apresento: I - Instituição do auxílio de renda mínima, relativamente: a) à concessão para pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou enquanto perdurar o período da pandemia, observando as condições; b) às pessoas que fazem jus ao auxílio, como profissionais autônomos, agentes e produtores culturais, agricultores familiares, MEI, costureiras, cabeleireiros, barbeiros, manicures, esteticistas, artistas plásticos, trabalhadores da cadeia produtiva da pesca, trabalhadores por aplicativo, taxistas e outros trabalhadores e empreendedores atingidos pelos efeitos da pandemia; c) valor de benefício correspondente ao salário comercial com adicional de 10% por filho menor, limitado a 2 filhos; II - a concessão de linha de crédito no valor máximo de R\$ 50.000,00 para os seguintes estabelecimentos, dentre outros: a) ME, EPP e MEI; b) profissionais autônomos, agentes e produtores culturais, c) agricultores familiares; d) costureiras, cabeleireiros, manicures, esteticistas, artistas plásticos. Plenário Deputado Júlio Maia, 16 de março de 2021. Esta indicação, Senhor Presidente, é endereçada ao Governador do Estado e ao Secretário de Finanças, para que o Executivo possa socorrer essas categorias que estão sofrendo muito. Hoje, quem vive da música, quem vive da cultura (bandas de música, grupos musicais, etc.), estão todos dependendo dessa ajuda, de uma cesta básica que seja, para que possam ter o seu pão de cada dia, algo para colocar na sua mesa. O clima é tenso, o momento é muito difícil para os profissionais autônomos: se trabalham, têm renda, se não, não têm. Como está tudo fechado, agora com esse toque de recolher a partir das vinte horas, quem sobrevive do trabalho noturno está numa situação gravíssima. Apelo, portanto, à sensibilidade do Governo do Estado, peço-lhe que estude uma maneira de socorrer essa categoria, já que Mato Grosso do Sul, a julgar pela propaganda do próprio Governo, goza de uma situação financeira diferenciada, muito distinta dos demais Estados da União. Nosso Estado, de fato, é autossuficiente, mais um motivo, portanto, para que o Governo tenha um entendimento humanitário e socorra esses profissionais. Por último, uma indicação curta, porque já falei demais. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário



de Saúde do Estado, Geraldo Rezende, para que o Executivo, em coordenação com as Secretarias de Saúde dos municípios, enviem esforços a fim de incluir os portadores de diabetes (grupo de risco) acima de cinquenta anos na primeira fase de vacinação. Temos perdido muitos diabéticos; a chance de o diabético contrair a Covid, ser entubado e voltar vivo é mínima. É mínima! Nós precisamos atentar nesses detalhes. Uma vez vacinados com a primeira e a segunda dose, os diabéticos, cuja expectativa de vida não é como a dos demais seres humanos, podem viver um pouco mais. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Eduardo Rocha, nosso Vice-Presidente.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Bom dia, Senhor Presidente, Deputada Mara Caseiro e demais Deputados. Primeiro registro a moção de apoio, que mencionei ontem, à Doutora Ludhmila — não por ela não ter assumido o ministério, nem por pensar diferente do Presidente. A moção de apoio deve-se às agressões que ela sofreu pela internet, só por ter sido ventilado seu nome para ocupar o comando do Ministério da Saúde. Ora, essa médica teve a coragem de dizer o que pensa, e o que ela pensa é o que preconiza a Ciência. Daí, portanto, a moção de apoio à Doutora Ludhmila. Outra coisa, Senhor Presidente, é com muita tristeza que faço uma moção de pesar à família de um comerciante querido, um amigo, o José Nunes, conhecido como "Zé Piquá", de Três Lagoas. O "Zé Piquá" foi um dos pioneiros no comércio da cidade, trabalhou a vida inteira para formar e educar os filhos. Agora, depois de deixar a família encaminhada, infelizmente veio a Covid-19, essa maldita doença, e tirou o Zé do nosso convívio, tirou da gente o nosso querido amigo de Três Lagoas. Deixo aqui um abraço fraterno aos seus filhos, à esposa, a toda a família. Essa doença, cada dia que passa, nos deixa mais tristes, Senhor Presidente, mas não podemos perder a esperança. Eu tinha me animado quando vi que seria trocado o ministro da Saúde, quando saiu o Senhor Pazuello — o pior ministro na história deste País. Um ministro que se embananou, que não sabe nada de saúde pública, que deixou o Brasil a ver navios; ministro que é, sim, responsável pelo que está acontecendo no País. Lá em novembro, esse ministro anunciou a compra setenta milhões de dólares da vacina Coronavac e, só porque recebeu uma ordem, no outro dia já cancelou. Dizia esse ministro, Senhor Presidente, Deputada Mara, que não é obrigação do Ministério da Saúde cuidar do transporte de oxigênio para os Estados necessitados. Vejam bem, senhores! Estamos em estado de guerra, o orçamento aprovado no Congresso é um orçamento de guerra. Ora, se o Ministério da Saúde não é responsável, seria então o da Cultura? da Educação? Fico, Coronel David, satisfeito com a mudança do comando do Ministério da Saúde, torço para que o novo ministro faça o que recomenda a ciência.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Permite-me um aparte?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Claro. Pois não, Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Obrigado, Deputado Eduardo Rocha. Vossa Excelência toca num assunto importante, mas precisamos colocar as coisas nos



seus devidos lugares. Ouve-se muita coisa desde o início da pandemia, a esquerda tentando...

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Eu não sou da esquerda! Não votei no Lula, não votei no Haddad. Votei, no segundo turno, no Bolsonaro.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Estou sendo genérico, Deputado.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Sim, mas como sou eu que estou falando, dá a impressão que sou da esquerda. Não! Sou do MDB.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Posso falar, Deputado?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Claro. Só queria corrigir Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Há muito esse discurso vem sendo usado, principalmente pela esquerda. Querem colocar toda a responsabilidade dos rumos do combate à pandemia, desse número absurdo de mortes, que infelizmente vêm acontecendo, nas costas do Presidente Bolsonaro.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Não disse isso.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Ontem já lembrei a Vossa Excelência a votação que ocorreu no Supremo Tribunal Federal. O STF jogou essa responsabilidade para os governadores e prefeitos para escanteiar o Presidente Jair Bolsonaro.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Posso só dar um aparte no seu aparte? Ontem Vossa Excelência entrou nesse assunto do Supremo. O que o STF disse foi que os Estados e municípios também podem tomar suas providências, mas não eximiu o Governo Federal da sua própria responsabilidade. Porque os recursos, mais de 62% de todos os recursos da União, estão nas mãos do Governo Federal. É claro que ele não pode ficar sem responsabilidade: tem responsabilidade, sim!

DEPUTADO CORONEL DAVID - Continuando, Deputado. O Supremo realmente retirou a União da coordenação do combate à Covid. Por mais que vocês tentem mudar a história, a história é essa mesmo. Na época, muito se comemorou essa decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas voltando à questão enfatizada pelo senhor no seu pronunciamento, a responsabilidade não é só do ministro Pazuello, a responsabilidade é de todos: é do Presidente, é do ministro, é do governador, é do prefeito. Certa autoridade aí, cujo nome prefiro não dizer, cada vez que se refere ao aumento de casos, da superlotação das UTIs, vem com aquela conversa mole: é o pessoal da gripezinha, é o pessoal negacionista. Negacionista é quem deveria ter criado melhores condições para o atendimento na Saúde, mas não o fez, Deputado. Falo isso de forma geral, vendo a situação de todo o Brasil. De tal sorte, Deputado Eduardo Rocha, que estarei aqui vigilante, principalmente quanto ao pessoal do PT — não passa dia sem que fique falando coisas em que só eles acreditam, tentando criar a



própria narrativa, sem lastro nos fatos. Estou atento, vou rebater toda a conversa fiada, aqui ninguém mais vai fazer discurso tentando colocar no colo do Presidente Jair Bolsonaro coisas erradas que já vêm de longe. O pessoal ficou sem o pirulito para chupar e quer retirar à força o Presidente Jair Bolsonaro: vão ter que ganhar nas urnas! E não me venham com o presidiário, não, que nós vamos papar vocês de novo. Obrigado.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Eu vou conceder o aparte já, Deputado Cabo Almi, só um minutinho.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Difícil essa missão sua, hein, Coronel David. Difícil.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Só um minutinho, que eu quero um aparte, por favor.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Difícil também a sua missão, de ver o bicho lá trancafiado, Deputado.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Deputado Coronel David, deixe-me lhe dizer uma coisa...

DEPUTADO PEDRO KEMP - Missão difícil.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Vossa Excelência tem razão em tudo que falou, só que está dizendo para a pessoa errada. O meu presidente não é o Lula, não foi o Lula, nem muito menos o Bolsonaro. Acho que lá na frente não será nem um, nem outro: o povo brasileiro quer alguém que cuide bem da vida dele.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Prepare o seu candidato, Deputado Eduardo Rocha, prepare o candidato do MDB...

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - O senhor tem que debater é com o Deputado Pedro Kemp, o senhor está debatendo com o Deputado errado.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Teremos grande satisfação em enfrentá-lo nas urnas.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Vão ficar sem o pirulito.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Nós vamos mostrar... Não! O pirulito é coisa de vocês, Deputado.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Senhor Presidente, coloque ordem na Sessão, porque desse jeito não dá... Mas, Deputado Coronel David, deixe-me dizer uma coisa a Vossa Excelência. Eu não disse que o ministro Pazuello era negacionista como o Presidente. Eu disse que ele foi incompetente na gestão, porque tinha o dinheiro e não fez o que precisava fazer. Torço porque estamos perdendo amigos,



parentes, torço muito para que o novo ministro faça o que a Ciência manda, não o que o Presidente manda. Se ele fizer e o Presidente, se Deus quiser, entender (afirmando a necessidade do uso da máscara, de manter o distanciamento social, etc.), já será um bom começo. Claro que temos que cuidar da economia também, teremos de achar mecanismos para apoiar os mais afetados economicamente. Como disse o Deputado Cabo Almi, temos de dar apoio aos cantores, à cultura, àqueles que vivem da noite. E devemos também cuidar da economia, mas a saúde vem em primeiro lugar, disso não tenho dúvida. Então, Deputado Coronel David, a briga eleitoral é lá com o PT. Eu sou do MDB, nosso discurso é técnico, tanto o senhor quanto eu queremos o melhor para o País. Concedo um aparte ao Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Antes, por favor, me permita-me um aparte, Deputado.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Pois não, escuto Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Só para concluir. Vossa Excelência queira me perdoar se se sentiu atingido por algum comentário meu, não foi essa a intenção. Aproveitei apenas o aparte para relembrar algumas expressões, alguns pronunciamentos feitos na Casa, que ensejam uma resposta. Eu, como apoiador das ações do Governo Federal, como apoiador do Presidente Jair Bolsonaro, sinto-me no dever de dar a minha opinião e rebater algumas acusações sem pé nem cabeça feitas pela esquerda.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Sem problema.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Vossa Excelência é um grande parceiro que temos nesta Casa. Queira Deus que em 2022 Vossa Excelência esteja ao nosso lado para reelegermos o Presidente Bolsonaro.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Eu reconheço algumas coisas boas neste País. Está muito bom o trabalho da Ministra Tereza Cristina, o Ministro Tarcísio de Freitas faz uma grande gestão. Claro que há coisa boa. Agora, o nosso foco hoje é salvar vidas, cada vida é importante. Mas pode ficar tranquilo, sei da boa intenção de Vossa Excelência para comigo, sei da sua responsabilidade. Estamos num País democrático, e se Deus quiser continuará democrático, para que possamos debater esses e outros assuntos. Deputado Cabo Almi, Vossa Excelência tinha me pedido um aparte...

DEPUTADO CORONEL DAVID - Só queria terminar, depois prometo que paro.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Só para o conhecimento de Vossa Excelência, Deputado Eduardo Rocha, para conhecimento do nosso Presidente, que acompanha atentamente nossa conversa... Já vamos encerrar aqui, Presidente. O Presidente até franziu a testa agora. Quero dizer que estou muito feliz com a escolha



feita pelo Presidente Jair Bolsonaro e reconheço no Médico Marcelo Queiroga a pessoa ideal para enfrentar esse momento de grande dificuldade. É profissional de grande conhecimento científico, certamente que dará apoio aos Governadores e prefeitos. Como diz Vossa Excelência, o momento não é de guerra, não é de briga, o momento é de salvar vidas. Mas, reitero, estamos atentos, estaremos sempre prontos para rebater acusações falsas feitas por alguns. Ontem o Ministro Marcelo Queiroga já deu seu recado: disse que vai atuar pelo distanciamento, encareceu a necessidade de a população não negligenciar a higiene, principalmente das mãos, etc. Estou otimista, Deputado Eduardo Rocha. Obrigado.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Deputado Cabo Almi, Vossa Excelência está com a palavra.

DEPUTADO CABO ALMI - Deputado Eduardo Rocha, obrigado pela oportunidade. Primeiro quero informar ao Coronel David, Deputado Estadual que muito estimo, que nós do Partido dos Trabalhadores em momento algum tememos o enfrentamento. Foi assim que fizemos na tribuna desta Casa, quando da prisão irregular do Lula, quando não deixaram Lula assumir o ministério; falamos da suspeição do Moro, falamos do conchavo feito com o Ministério Público, do TRF-3. Ouvimos juristas renomados da Casa, como o Deputado Barbosinha, o próprio Lidio Lopes, entre outros. Em certos momentos, os Deputados Pedro Kemp, João Grandão, Amarildo (os dois últimos não estão mais conosco) e eu éramos vozes isoladas na Casa. Isso demonstra que não temos medo do enfrentamento. Nós sabemos para onde queremos ir, aonde queremos chegar, sabemos claramente. No momento oportuno, a sociedade vai nos dar a oportunidade de esclarecer tudo isso. Aliás, devagarzinho já começam a se esclarecer algumas coisas: foram cancelados os quatorze processos contra o Lula, devolveram tudo para Brasília, tudo recomeça do zero, o Lula volta a ser elegível. Sabe por que isso, Deputado Eduardo? Primeiro, pelo caos que se instalou no País, pela irresponsabilidade de quem o governa, que não é estadista, que não político, que não é nada. Ganhou a eleição por acaso.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Deputado Cabo Almi, desculpe-me, mas vamos nos ater à questão da saúde, a parte política o senhor deixe para discutir com Deputado Coronel David.

DEPUTADO CABO ALMI - Eu vou entrar na Covid. Calma. Vossa Excelência permitiu ao Deputado Coronel David quase dez apartes, agora quer me cortar a fala.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Mas eu respondi todos os dez, porque ele se referiu a mim.

DEPUTADO CABO ALMI - Mas eu vou falar agora sobre a Covid.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Ah, bom. Aí, sim. Pode falar.

DEPUTADO CABO ALMI - Está fazendo um ano que morreu a primeira vítima da Covid, e o Governo Jair Bolsonaro poderia muito bem estar livre de todas as



acusações que pesam sobre o lombo dele. Poderia estar livre, se tivesse ouvido a Ciência, se tivesse apostado na Medicina, se tivesse reservado lá atrás a compra das vacinas; se tivesse investido, inclusive, na fabricação de vacinas aqui mesmo no Brasil. Pelo contrário, o que fez foi surfar na onda, não do negacionismo, mas na onda da irresponsabilidade; ficou com medo de ajudar o País de forma diferente, demorou muito correndo atrás de remédios nos quais só ele e o grupo dele acreditavam, Deputado Eduardo Rocha. Foi isso que aconteceu. Já trocou cinco ministros, porque, para ele, ministro bom é ministro que segue o que ele fala. Mas o que ele fala não se escreve, por isso os ministros têm que sair. Vamos ver se esse Marcelo Queiroga terá a coragem de enfrentá-lo, de se insurgir contra alguns de seus posicionamentos. É isso que a gente espera, na verdade. Mais de trezentas e trinta mil pessoas já morreram no País! Será que ainda dá para ir à praia tomar banho?! Será que dá para abraçar multidão? Será que ainda dá para ir em audiência sem máscara, ele e todo o seu grupo (não digo de puxa-sacos) de seguidores? É chegado o momento, Deputado Eduardo, em que podemos dizer sem pestanejar que a vaca já foi para o brejo, com relação a esse governo. Vossa Excelência falou do MDB. Pode ser, pode ser qualquer outro. Mas eu acredito que o PT voltará a governar o País, e não será por causa da Covid, não. É por causa da incompetência do Governo, de uma série de erros cometidos por ele. A mesma população que chegou a odiar o Lula, que o chamou de ladrão, aos poucos vai refazendo suas avaliações. Tudo que acontece neste País hoje — tudo! — está sem controle. O País está desgovernado e o povo sofrendo; sofre com a doença, sofre com o desemprego, sofre pela alta dos preços, sofre com tudo. Estamos voltando à era Sarney, que já foi o governo de Vossa Excelência. Rogo a Deus que a hiperinflação não volte, que seria uma catástrofe ainda maior. Então, meu caro Deputado Eduardo Rocha, precisamos unir nossas forças; temos, inclusive, que torcer pelo Marcelo. A situação está triste, Mato Grosso do Sul não tem uma única vaga de UTI para colocar paciente com a Covid. Não tem! Não tem, porque eu liguei para as autoridades e sei que não tem. Já imaginaram se daqui mais um pouco começa a faltar também oxigênio? Já imaginaram a mortandade que seria de seres humanos? Daí vão dizer que a culpa é de quem? Afinal quem é que comanda o País? O Deputado Coronel David foi muito bem votado nas eleições passadas, surfou na onda Bolsonaro, o Contar também. Pois fiquem atentos, porque o eleitor está atento. Fiquem atentos. Abraço, Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Presidente Mara Caseiro, presidindo agora a nossa Sessão, era isso que eu tinha para hoje. Grande abraço a todos os amigos.

PRESIDENTE (Mara Caseiro) - Obrigada, Deputado Eduardo Rocha. Com a palavra, o Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputada Mara, é a minha vez agora? Eu estava com a conexão um pouco comprometida.

PRESIDENTE (Mara Caseiro) – Exatamente, Deputado. Já passei a palavra a Vossa Excelência.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputada Mara, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo exercício da Presidência. Não poderíamos deixar de honrá-la, até porque estamos no mês das mulheres. Pedi a palavra, Deputada, apenas para encaminhar uma indicação. A indicação é endereçada ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, solicitando o reparo emergencial (recapeamento e sinalização) da pavimentação da Rodovia MS-040, no trecho compreendido entre os Municípios de Santa Rita do Pardo e Campo Grande. Ressaltamos que os pontos mais críticos são os quilômetros 18, 45, 50, 62, 64, 66, 68, 72, 75 e 110. Essa reivindicação, Senhor Presidente, chegou ao nosso gabinete através do Vereador "Cabecinha", de Santa Rita do Pardo, do Podemos, pessoa que está sempre lutando pelo município. A outra indicação é encaminhada ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fioresi, solicitando os serviços de patrolamento e encascalhamento para a Avenida Joana D'Arc, entre as Ruas Capemi e Rua dos Gonçalves, Bairro Pioneiros. Por último, Deputada Mara, apresentamos uma moção de pesar. Lamentavelmente tem sido assim com os vinte e quatro Deputados da Casa nos últimos dias. Só neste fim de semana, Deputada Mara, cinco conhecidos meus vieram a falecer, vários outros encontram-se internados, alguns entubados: o momento é muito difícil. Encaminho uma moção de pesar ao Professor Lincoln, que foi diretor da Escola Estadual da Fazenda Itamarati, amigo meu de Culturama. O Professor Lincoln perdeu sua querida mãezinha, a Senhora Maria Oliveira Feitosa, no dia 16 de março. Rogo a Deus que lhe dê força nesse momento de saudade, de dor, de dificuldade. Faço esse registro, Deputada Mara, pedindo a Deus que nos dê saúde, sabedoria, força e espírito altruísta, para que todos, de mãos dadas, possamos encontrar os meios necessários para superar esse momento tão difícil. Era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Mara Caseiro) - Deputado Professor Rinaldo, o momento é mesmo muito triste. Bem, incumbiu-me o nosso Presidente, Deputado Paulo Corrêa, de lhes apresentar a consolidação das nossas leis tributárias. Vamos lá então. Nesta oportunidade, chamo a atenção dos nobres Deputados para mais uma consolidação de leis realizada pela Assembleia Legislativa. Desta vez, apresento-lhes a "Consolidação de Leis Estaduais Tributárias de Mato Grosso do Sul", que compreende os seguintes tributos: contribuições de melhoria; ICMS, IPVA, IPCMD e Contribuições Especiais para Custear o Regime Próprio dos Servidores Públicos. Registro a importância desta consolidação, diante do protagonismo que os tributos assumem em nossa realidade, seja influenciando o preço final dos produtos e serviços, seja custeando a atividade financeira de nosso Estado. A partir desta consolidação digital de leis, os contribuintes terão conhecimento de forma mais facilitada do "por que se paga", "para que se paga" tal tributo, e de "quanto se deve pagar". Além dos contribuintes, os operadores do Direito e os agentes públicos poderão se valer desta consolidação em seus trabalhos, nos processos administrativos, fazendários e nos processos judiciais fiscais. E, por fim, os assessores parlamentares dos Deputados Estaduais, a partir de agora terão esse subsídio material para assisti-los no processo de elaboração de leis e no controle externo da administração pública, incumbências autênticas do Legislativo Estadual. A consolidação das leis tributárias facilita o nosso trabalho, auxilia os profissionais que trabalham com o Direito Tributário, além de auxiliar o consumidor. Era esta a apresentação, está aí na tela a "Consolidação de Leis Estaduais Tributárias de Mato Grosso do Sul", todos poderão ter acesso a ela. Muito



bem. Não havendo mais inscritos, declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigada (11h18min).